

# Justiça interdita IPF para novos pacientes

## Juiz alega que situação no local é de 'tortura' e determina contratação emergencial para prestação de serviços

O Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso (IPF) foi interdito totalmente para novos pacientes, até que o governo estadual disponibilize serviços de limpeza e alimentação no local. A decisão é do juiz Luciano André Losekann, da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Porto Alegre.

O IPF já havia sido interdito pelo mesmo motivo há um ano, antes de serem contratadas empresas emergenciais de prestação de serviços. Depois de uma inspeção no instituto, realizada na semana passada, o magistrado verificou que as contratadas dei-

xaram de prestar os serviços, o que acarretou o acúmulo de sujeira nas unidades.

“O resultado disso é uma situação vergonhosa, que retrocedeu no tempo e se igualou àquela de um ano atrás: pacientes tendo que limpar os pavilhões do IPF, na companhia de pessoal técnico (médicos e enfermeiras) e tendo que preparar a própria alimentação. O IPF está sem as mínimas condições de funcionamento”, sustentou o juiz.

A decisão determina ainda que o governador José Ivo Sartori e o secretário da Segurança Pública, Wantuir Jacini, sejam pessoalmente intimados para que provi-

denciem uma contratação emergencial de empresas nos próximos três dias, “enquanto pendente o demorado e infindável processo licitatório, pena de responsabilização civil e criminal”.

O magistrado também decidiu que sejam remetidas peças do expediente à Procuradoria-Geral da República, para análise do caso concreto e eventual oferecimento de denúncia por crime de tortura. “O que se tem no IPF é, sim, tortura, praticada sob as vistas grossas das autoridades mais elevadas desta Unidade da Federação, que, alertadas há anos sobre a situação do IPF, nada fazem ou,

quando menos, fazem ouvidos moucos ao triste quadro que se repete”, afirmou.

Entre as situações constatadas, o magistrado cita que a área de triagem, destinada a receber presos ou pacientes que se submetem a avaliações psiquiátricas, pintada há poucos meses, já possui marca de fezes, e o mau cheiro é insuportável. Nos banheiros e alojamentos, os restos de lixo (papel higiênico e excrementos) se acumulam pelos cantos, assim como roupas sujas e malcheirosas. “Certamente, o desrespeito aos direitos fundamentais é a regra no IPF”, completou o juiz.

**SAÚDE**

## Óbitos pelo vírus H1N1 são mais baixos na Capital em comparação com o Estado

Isabella Sander

isabella@jornaldocomercio.com.br

A situação para o tratamento de doenças respiratórias não é a ideal na Capital, mas já teve muitos avanços. Essa é a opinião do próprio secretário da Saúde de Porto Alegre, Fernando Ritter. Em relação ao Rio Grande do Sul, por exemplo, o percentual de óbitos de pessoas que tiveram o vírus H1N1 é inferior. Dos 665 casos no Estado, 50 pacientes morreram, totalizando 23% de mortes. No município, foram 211 casos e 24 mortes, uma taxa de 11%.

Segundo Ritter, que participou ontem de reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a redução se deu em um contexto de aumento de 20% no número de pessoas que procuraram as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e de 15% a mais de demanda nas portas de emergências da Capital, se comparado à média registrada nos cinco últimos anos. Em parte, a procura se dá por pessoas que não moram na Capital. “Em alguns dias, 45% das

pessoas nas emergências vêm de outras cidades, muitas vezes com quadros graves, precisando de respirador, UTI, medicamentos de alta complexidade, procedimentos caros”, relata. De maneira geral, os casos estão mais graves, devido aos dias mais gelados do que o comum e à antecipação climática do inverno.

Com o aumento da demanda e a existência de casos mais graves, a rotatividade nos leitos da emergência e de retaguarda foi reduzida, gerando superlotação. “Preconizamos um tempo máximo de 10 dias e houve momentos, em abril, em que chegou a 13, 14, até 15 dias de internação. Isso causa a diminuição da capacidade de absorção na porta de emergência, pois as pessoas ficam trancadas lá e não conseguem entrar porque não há vagas”, destaca o secretário. O atendimento é prejudicado, ainda, pelo corte de quase 300 leitos na Capital em um ano. No restante do Rio Grande do Sul, foram outros 200.

Mesmo diante do cenário desfavorável, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), a fim de enfrentar o surto de H1N1, au-

mentou a quantidade de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem nas emergências e capacitou profissionais para a identificação rápida da síndrome gripal e para a orientação e a conscientização da população. Na campanha de vacinação, 97% do público-alvo foi imunizado, um percentual superior à média brasileira e estadual.

Atualmente, 70% dos porto-alegrenses estão cobertos pela rede de atenção básica. “Desafogar as portas de emergência não depende exclusivamente de aumento de leitos, mas também de investir em atenção básica, atenção especializada e exames complementares. Isso diminui o número e o tempo de internações”, explica Ritter.

O atendimento na atenção básica depende diretamente da existência do Programa Mais Médicos, do governo federal, e de contratação desses profissionais para as Equipes de Saúde da Família (ESFs). “Se o programa deixar de existir, passaremos, das 211 ESFs que temos hoje, para 111 a 120 equipes. O serviço de atenção básica se tornaria inviável”, defende o secretário.



ELSON SEMPÉ PEDROSO/CMPA/JC

Segundo Ritter (e), demanda na atenção básica cresceu nos últimos anos

## Busca por medicamentos aumentou

Um desafio pelo qual passa a Secretaria Municipal da Saúde é a gestão dos medicamentos via Sistema Único de Saúde (SUS). “Com a crise econômica, as pessoas deixaram de comprar medicamentos e passaram a buscar via farmácia popular. Entretanto, os repasses para remédios não aumentaram”, observa o secretário Fernando Ritter.

Hoje, Porto Alegre consome R\$ 32 milhões mensais em medicamentos. Contudo, o acordo tripartite envolvendo município, Esta-

do e União prevê gasto de R\$ 14 milhões, sendo R\$ 7 milhões via governo federal, R\$ 3,5 milhões pelo estadual e R\$ 3,5 milhões pela prefeitura.

Os repasses da União e do Estado permanecem os mesmos, restando para a Secretaria da Saúde pagar o que falta, em torno de R\$ 22 milhões. Entre os investimentos prejudicados pela falta de reajuste estão a reforma e a ampliação de unidades de saúde e a substituição de equipamentos antigos.

## Indústria nacional desenvolve genérico de medicamento para prevenção do HIV

O Brasil pode ter o primeiro genérico do medicamento norte-americano Truvada, que previne contaminação pelo vírus HIV, causador da Aids, e que atualmente é importado pelos brasileiros a um custo elevado. O Ministério da Saúde (MS) também importa componentes do Truvada para distribuição pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O genérico foi desenvolvido pela empresa brasileira Blanver, integrante do

grupo de indústrias farmacêuticas que firmaram Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) com o MS.

Segundo as PDPs, a indústria desenvolve a tecnologia de medicamentos e tem prazo de cinco anos para transferir essa tecnologia para a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz). No fim desses cinco anos, a Fiocruz dominará o processo e passa a fornecer diretamente para o ministério.

A Blanver entrará com o pedido de registro do genérico do Truvada na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nos próximos dias, informou ontem o presidente executivo da empresa, Sérgio Frangioni. No momento, o dossiê sobre o genérico está sendo finalizado. Conforme o Ministério da Saúde, o Brasil registra, em média, 40 mil novos casos da doença por ano.

Parte do medicamento genérico deverá ser distribuída pelo SUS e parte será destinada a pacientes fora do sistema. O novo remédio não pretende substituir os métodos de prevenção já estabelecidos, mas se somar aos métodos existentes, como as camisinhas masculina e feminina. A Anvisa aguarda a entrada do pedido de autorização da indústria farmacêutica para avaliação.